

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC/RO
E D I T A L

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2020

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE RONDONIA, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, criado por Decreto Lei nº. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, com sua Administração Regional em Rondônia, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.581.871/0001-34, com sede na Rua Tabajara, nº. 539, Panair, Porto Velho/RO, CEP 76.801-348, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, constituída pela Portaria nº. 130/2020, torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu Pregoeiro, realizará licitação na **Modalidade PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**. As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta de verbas específicas do Departamento Regional do SENAC/RO.

1 - LOCAL, DA DATA E DO HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES.

1.1 – Local: Prédio da Administração, Sala R (Licitação), situada a Rua Tabajara, 539 – Panair – Porto Velho/RO.

1.2 – **Data: 23/10/2020;**

1.3 – **Horário: 09h00min**

1.4 – Havendo motivos de força maior ou caso fortuito, de notório conhecimento, que impeçam as licitantes de estar no horário estabelecido no subitem anterior, a Comissão de Licitação, a seu critério exclusivo, poderá prorrogar o horário por período que considerar necessário, ou ainda, alterar a data de entrega e abertura dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e entrega da PROPOSTA COMERCIAL, sem que caiba às licitantes presentes qualquer reclamação ou indenização judicial ou extrajudicial.

2 – OBJETO

2.1 – O objeto da presente licitação consiste na Contratação de empresa especializada em vigilância eletrônica monitorada 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana para atender as Unidades do Senac em Porto Velho. conforme Termo de Referência nº. 003/2020 e especificações mínimas obrigatórias constantes no Anexo I do presente Edital;

2.2 – **A empresa prestadora dos serviços deverá ser especializada no ramo do objeto desta licitação, segundo a legislação vigente;**

2.3 - **O prazo do contrato para prestação dos serviços de monitoramento eletrônico e computadorizado será de 12 (doze) meses. O prazo poderá ser prorrogado em até 48 (quarenta e oito) meses, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo primeiro e no inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atuado em processo;**

2.4 – A licitação será realizada pela Administração do Regional e será adjudicada e homologada pela Presidência do Conselho Regional do SENAC/RO.

3 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 – De acordo com o descrito no anexo I do Edital (Especificações e Termo de Referência).

4 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar do certame os interessados que atenderem a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4.2 – Os interessados em participar desta licitação deverão apresentar à Comissão de Licitação os documentos exigidos para habilitação e proposta comercial, em 2 (dois) envelopes distintos, a saber:

a) **Envelope Nº 1**, lacrado, identificado com os dizeres “**PREGÃO PRESENCIAL SENAC/RO N.º 001/2020 (PROPOSTA COMERCIAL)**”, Rua: Tabajara, nº 539, Panair – CEP 76.801-348 – Porto Velho-RO, e como remetente, o nome do proponente por extenso (Razão Social) e endereço completo.

b) **Envelope Nº 2**, lacrado, identificado com os dizeres “**PREGÃO PRESENCIAL SENAC/RO N.º 001/2020 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)**”, Rua: Tabajara, nº 539, Panair – CEP 76.801-348 – Porto Velho-RO, e como remetente, o nome do proponente por extenso (Razão Social) e endereço completo.

c) Estes envelopes poderão ser postados no Correio com antecedência necessária a sua chegada ao SENAC/RO antes da abertura ou entregues diretamente no Gabinete Executivo do SENAC impreterivelmente até o dia e hora marcados para abertura, ou, ainda, apresentados à Comissão de Licitação na abertura da sessão.

4.3 – Deverão ser apresentados **dois** envelopes distintos, conforme alíneas “a” e “b” do subitem 4.2. A inversão do conteúdo dos envelopes ou a apresentação de conteúdos distintos em um dos envelopes poderá, a critério da Comissão de Licitação, acarretar a eliminação da empresa.

4.4 – A participação nesta licitação implica total e irrestrita concordância com todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4.5 – Estarão impedidas de participar desta licitação, pessoas físicas ou jurídicas que:

- a) Estejam sob decretação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (conforme Lei n.º 11.101/2005), dissolução ou liquidação;
- b) Estejam suspensas de licitar com o SENAC/RO;
- c) Dirigentes ou empregados do SENAC;
- d) Estejam reunidas em consórcio; e
- e) Estejam em litígio com o SENAC, cujos processos estejam em andamento na data da abertura desta licitação.

4.6 – Não poderá participar também da presente licitação a empresa que, vencedora em licitação anterior, esteja em atraso na entrega total ou parcial do objeto adjudicado ou ainda aquelas que contratadas nos últimos 12 (doze) meses, não tenham cumprido integralmente com o contrato, independente da modalidade de aquisição, bem como as que, no mesmo período, tenha sofrido a aplicação de qualquer tipo de penalidade pelo SENAC/RO.

5 – HABILITAÇÃO

5.1 – Para fins de habilitação, no Envelope Nº 2 “Documentos de Habilitação”, deverão constar os seguintes documentos:

5.1.1 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Declaração de que a licitante aceita e concorda com todas as condições estipuladas neste Edital, bem como da inexistência de fato impeditivo para licitar, conforme modelo constante no ANEXO III.
- b) Atestado (s) de Capacidade Técnica: apresentação de atestado em papel timbrado do emitente, em original ou cópia legível, firmado por empresa pública ou **privada (sujeito à promoção de diligência)**, comprovando o fornecimento compatível com o objeto da presente licitação. O atestado deverá informar o nome, CPF ou RG e o cargo do responsável;
- c) Declaração da empresa licitante, de não haver contratado indivíduo menor de idade como trabalhador autônomo na linha de produção/venda, nos moldes da Lei nº 10.097/2000. Modelo de declaração, conforme Anexo V.

5.1.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, onde deverá estar indicado o ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, e onde possa ser comprovada a representação legal do signatário da proposta ou procuração, sendo que no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, tudo devidamente registrado no órgão competente.
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- d) Cédula de Identidade.

5.1.3 – REGULARIDADE FISCAL

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**, em consonância com a [Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014](#), o qual poderá ser obtido no endereço http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp;
- b) **Prova de regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débito, seja Negativa ou Positiva com efeitos de negativa, desde que sob o abrigo do art. 206 do Código Tributário Nacional, a qual poderá ser obtida pelo endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSPO/Certidao/CNDConjuntaSegVia/NICertidaoSegVia.asp?Tipo=1>
- c) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, expedido pela Caixa Econômica Federal, por meio da Certidão Negativa de Débito, seja Negativa ou Positiva com efeitos de negativa, desde que sob o abrigo do art. 206 do Código Tributário Nacional, a qual poderá ser obtida no endereço <https://webp.caixa.gov.br/cidadao/Crf/FqeCfSCriteriosPesquisa.asp>;

- d) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- e) **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, o qual poder;
- f) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante;
- g) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a qual poderá ser obtida no endereço www.tst.jus.br/certidao.

5.2 – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

5.2.1 – A documentação poderá ser apresentada em fotocópias, exceto termo sensitivo.

5.2.2 Os documentos em fotocópias deverão estar autenticados, e estarem devidamente atualizados e/ou dentro de seus respectivos prazos de validade, não sendo aceitos quaisquer tipos de protocolo. Também, serão aceitos documentos, ou vias, originais, desde que permaneçam anexados à documentação.

Se julgar necessário, a Comissão de Licitação poderá solicitar aos licitantes a apresentação dos documentos originais para fins de confrontação com as fotocópias apresentadas.

5.2.3 – Os documentos que forem emitidos pela Internet estarão sujeitos à posterior conferência na página eletrônica do órgão emissor, que conferirá a sua autenticidade.

5.2.4 – Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Federal, Estadual, Municipal seja POSITIVO, o SENAC se reserva o direito de só aceitá-las se as mesmas contiverem expressamente o efeito de NEGATIVA, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional, passado pelo seu emitente.

5.2.5 – Os documentos deverão ser referentes à sede do licitante, pertinentes ao seu ramo de atividade e compatíveis com o objeto licitado.

5.2.6 – Documentos que requeiram validade deverão estar válidos na data de recebimento dos envelopes. Quando o órgão emitente for omissivo em relação ao prazo de validade dos mesmos, considerar-se-á o prazo de validade de 90 (noventa dias) dias, a contar da data da emissão;

5.2.7 - Os documentos relativos à habilitação jurídica da licitante, que já tiverem sido apresentados por ocasião do credenciamento, ficam dispensados de serem inseridos no ENVELOPE Nº 02, desde que atendidas todas as formas exigidas no edital;

5.2.8 - Comissão de licitação poderá conferir qualquer documento, à vista dos originais, somente durante a sessão de abertura da licitação;

5.2.9 – Em sendo detectado pela Comissão de licitação, a qualquer tempo, algum documento inautêntico, que de fato ficou impossível de verificar durante a Sessão, o SENAC se resguarda ao direito de poder inabilitar ou desclassificar a empresa.

6 – PROPOSTA COMERCIAL

6.1 – As propostas deverão atender às seguintes exigências:

6.1.1 – Ater-se a este edital e seus anexos;

6.1.2 – A proposta comercial deverá ser apresentada, mecanografada ou digitada, em folhas sequencialmente numeradas e todas rubricadas, sem rasuras, ressalvas, entrelinhas ou emendas (conforme modelo no Anexo II), sendo a última folha datada e assinada por responsável pela empresa ou seu representante legal, em envelope fechado, devidamente identificado, na forma do item 4.2 deste edital, constituindo o envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL;

6.1.3 – O preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, fixos e irredutíveis, incluindo, obrigatoriamente, todas as despesas com encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, impostos, frete, despesas diretas e indiretas em geral e demais condições de fornecimento (prestação dos serviços) que sejam devidas em decorrência, direta e indireta, do fornecimento do objeto desta licitação;

6.1.4 – Prazo de garantia dos serviços e ou materiais é de acordo com a legislação ou normas em vigor;

6.1.5 – Havendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os unitários e, havendo discordância entre o total da proposta em algarismo e o total por extenso, prevalecerá este último;

6.1.5.1 – Em todas as operações matemáticas para compor o preço comercial ou qualquer outro tipo de cálculo que se fizer necessário na presente licitação, deverá, obrigatoriamente, ser adotada duas casas decimais, para fins de arredondamento;

6.1.6 – Para apresentação da Proposta Comercial, o licitante deverá tomar por base os dados e indicações que compõem o ANEXO I, os quais deverão ser conferidos, de forma que possa executar o objeto da presente licitação em bom termo e de conformidade com o estabelecido neste Edital e seus anexos;

6.1.7 – Em hipótese alguma caberá ao licitante argumentar qualquer desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo ao fornecimento do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos;

6.1.8 – O proponente deverá considerar que o pagamento referente aos serviços do objeto desta licitação, se dará até o 5º dia útil de cada mês, ou em maior prazo se assim for proposto pelo licitante, inadmitindo-se antecipações de qualquer natureza e negociação de títulos com instituições financeiras;

6.1.9 – Deverão constar na Nota Fiscal, nome do banco, nº. da conta corrente e nº. da agência onde deverão ser creditados os pagamentos;

6.1.10 – Na proposta deverá constar a descrição completa dos itens cotados;

6.1.11 – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**;

Não sendo indicada a validade, fica subentendido o prazo aqui estabelecido;

6.1.12 – A proposta será de preços irrevogáveis;

6.1.13 – Os termos constantes da proposta apresentada são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito a qualquer modificação da mesma ou substituição de envelopes, após sua entrega;

6.1.14 – Caso haja o vencimento da proposta sem que a licitação tenha sido homologada, adjudicada e o instrumento contratual assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal do licitante, através de correspondência dirigida à Comissão de Licitação, caracterizando seu declínio em continuar na licitação;

7 – PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

7.1 – Os envelopes serão recebidos conforme descrito no item 4 deste Edital.

7.2 – No local, dia e hora estabelecidos neste Edital, será aberta a sessão pública para recebimento dos Documentos de Habilitação e Propostas.

7.3 – Após os credenciamentos e identificados todos os licitantes presentes, e esgotado o prazo previsto neste Edital, não mais será permitida a participação de retardatários, devendo o Presidente da Comissão de Licitação dar por encerrado o acesso de outros licitantes.

7.4 – CREDENCIAMENTO

7.4.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo e o conteúdo deste edital.

7.4.2 – Durante a sessão da abertura das propostas, os representantes das licitantes interessadas em participar do certame deverão fazer o seu credenciamento junto ao Pregoeiro, apresentando os documentos que os credenciem a participar da licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

7.4.2.1 – Os documentos de credenciamento do representante serão entregues em separado e **NÃO DEVEM** ser colocados dentro de nenhum dos envelopes, quer seja o de DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO ou o de PROPOSTA COMERCIAL.

7.4.3 – Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste edital, por sua representada.

7.4.4 – Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:

7.4.4.1 – **Sócios, proprietários ou dirigentes** – cópia do respectivo contrato social ou estatuto, **no qual sejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações pela empresa**. Neste caso, não será necessário que no documento esteja expressa a existência de poderes para formulação de ofertas e lances verbais, entendendo-se que os poderes para exercerem direitos e obrigações pela empresa, habilitam a pessoa para todo e qualquer ato em nome da empresa. Deverá ser apresentado documento de identidade.

7.4.4.2 – **Procuradores** – procuração pública ou particular, que comprove a outorga de poderes, para formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos, em nome da licitante. Caso a **procuração seja particular**, deverá estar acompanhada de documento comprobatório autenticado em cartório dos poderes do outorgante. Em qualquer situação **deverá ser apresentado documento de identidade do procurador**.

7.4.4.3 – **Apresentar modelo de credenciamento conforme modelo do ANEXO IV.**

7.4.5 – Ficarão impedidos de formular lances verbais o credenciado cuja procuração não contenha autorização expressa para este fim.

7.4.6 – A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento do preposto impedirá a participação da licitante no presente pregão, para formular ofertas e lances verbais.

7.4.7 – Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob a pena de exclusão sumária dos licitantes representados.

7.4.8 – A presença do representante não é obrigatória, porém os licitantes que não fizerem representar ficam logo desde já cientes que desta forma aceitam o que for decidido pela Comissão de Licitação.

7.4.9 – O credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada, em todos os seus itens, a fim de que a empresa se faça representar, legitimamente, em eventuais negociações entre as partes, evitando com isso a interrupção da sessão para contatos externos visando o esclarecimento de dúvidas sobre o teor da mesma, ficando, todavia, os casos excepcionais para serem avaliados pelo Pregoeiro.

7.4.10 – A Comissão de Licitação poderá, extraordinariamente, se julgar conveniente e a seu exclusivo critério, consultar o site dos órgãos públicos para gerar, adquirir ou emitir algum documento ausente ou vencido (desde que emitido pela Internet), no envelope de habilitação de algum licitante participante.

7.4.11 – A Comissão Permanente de Licitação do SENAC, em face do caso concreto, poderá, a seu exclusivo critério, solicitar à licitante a apresentação de documentos que comprove a exatidão dos preços dentre outros:

- Composição de preços;
- Carta de fornecedores ratificando os preços dos insumos.

7.4.12 – Nas hipóteses do item anterior, os documentos complementares apresentados pelas licitantes ficarão à disposição dos interessados para exame, até a data de homologação da licitação.

7.5 – DAS SESSÕES DE ABERTURA DOS ENVELOPES

7.5.1 – Todas as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos presentes que assim o desejarem.

7.5.2 – Os envelopes contendo a documentação de habilitação permanecerão em poder do Pregoeiro, até o momento da sua abertura ou devolução aos licitantes cujas propostas forem desclassificadas.

7.5.3 – A Sessão Pública de lances acontecerá 30 (trinta) minutos após o credenciamento e abertura das propostas comerciais, podendo, esta data e horário serem alterados conforme disponibilidade da Comissão de Licitação.

7.5.4 – O Pregoeiro fará a análise das propostas de preços, verificando a conformidade e seus termos com o estabelecido no presente edital, desclassificando aquelas que não atenderem as exigências, forem omissas ou apresentarem irregularidades capazes de dificultar ou impedir o julgamento.

7.5.5 – O Pregoeiro fará a seleção das propostas para a fase de lances verbais, mediante classificação da proposta de menor preço e daquelas que não excederem a 15% (quinze por cento) de seu valor.

7.5.6 – Quando não forem classificadas, no mínimo, três propostas, na forma definida no item 7.5.5, serão classificadas, sempre que atendam as demais condições definidas no presente edital, a de menor preço e as duas melhores propostas subsequentes.

7.5.7 – A classificação de apenas duas propostas de preço não inviabilizará a realização da fase de lances verbais.

7.5.8 – As propostas que, em razão dos critérios definidos nos itens 7.5.5 e 7.5.6, não integrem a lista das classificadas para a fase de lances verbais, também serão consideradas desclassificadas do certame.

7.5.9 – Ocorrendo o empate entre as propostas escritas de duas ou mais licitantes, o desempate se dará por sorteio, a ser realizado durante a sessão, para fins de apuração da ordem de classificação para apresentação de lances verbais.

7.5.10 – Realizada a classificação das propostas escritas, terá início a fase de apresentação de lances verbais, observando-se que:

7.5.11 – O pregoeiro fará uma rodada de lances, convidando o autor da proposta escrita de maior preço classificada a fazer seu lance e, em seguida, os demais classificados, na ordem decrescente de preço.

7.5.12 – Havendo lance, o Pregoeiro realizará uma nova rodada, começando pelo autor que, no momento, estiver com a proposta de maior preço, e, assim sucessivamente, até que, numa rodada completa, não haja mais lance e se obtenha, em definitivo o menor preço.

7.5.13 – Somente serão considerados os lances inferiores ao último menor preço obtido.

7.5.14 – O licitante que não apresentar lance em uma rodada não ficará impedido de participar de nova rodada, caso ocorra, sendo mantido o seu último preço ofertado.

7.5.15 – Não havendo lances verbais serão consideradas as propostas escritas de preço, classificadas para esta fase. Neste caso, tendo ocorrido sorteio para desempate entre as propostas de duas ou mais licitantes, a ordem de classificação do sorteio corresponderá à da classificação final das propostas empatadas.

7.5.16 – O pregoeiro, após declarar encerrada a fase de lances verbais, ordenará os lances em ordem crescente de preço.

7.5.17 – A Comissão de Licitação, antes de declarar o vencedor, promoverá a abertura e a verificação da documentação relativa à habilitação do licitante que, na ordenação feita pelo Pregoeiro, apresentou o menor preço.

7.5.18 – Sendo a hipótese de inabilitação ou de descumprimento de qualquer outra exigência estabelecida no instrumento convocatório, caberá à Comissão de Licitação autorizar o Pregoeiro a convocar o autor do segundo menor lance e, se necessária observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances.

7.5.19 – Declarado o licitante vencedor e transcorrido o prazo de recurso, a Comissão de Licitação encaminhará o processo à autoridade competente para homologação e adjudicação.

7.5.20 – Os envelopes contendo a documentação de habilitação das licitantes cuja proposta tenha sido desclassificada e os não abertos até ser declarada a licitante vencedora e julgados eventuais recursos, serão devolvidos às concorrentes. As empresas poderão retirar os seus envelopes, após superado o prazo de recurso da fase 2 do certame, na Rua Tabajara, 539 – Panair, Porto Velho – RO. Os envelopes não retirados no prazo máximo de 15 dias após o encerramento do processo terão o seu conteúdo inutilizado.

7.5.21 – Da sessão de abertura será lavrada ata, na qual serão registradas todas as ocorrências pertinentes, a qual será assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Comissão de Licitação e presentes que assim o desejarem.

7.5.22 – Ocorrendo a inabilitação de todas as licitantes, e se conveniente para Entidade, a Comissão de Licitação poderá fixar prazo para que os licitantes, mantendo-se, neste caso, a ordem de classificação das propostas, apresentem todos os documentos para habilitação.

7.5.23 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou de requisição de documentos, em substituição aos próprios;

7.5.24 – A Comissão de Licitação poderá **inverter** o procedimento de abertura dos envelopes, ou seja, abrindo primeiramente o envelope de habilitação e após, as propostas dos **licitantes habilitados**.

8 – JULGAMENTO

8.1 – O julgamento desta licitação será feito pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observada as demais condições deste edital e seus anexos;

8.2 – O lance apresentado deverá referir-se ao valor do item constante na proposta;

8.3 – Todos os documentos apresentados estarão sujeitos à conferência posterior àquela realizada durante a sessão de abertura dos envelopes;

8.4 – A Comissão de Licitação poderá antes de adjudicar o objeto ao vencedor do certame, realizar diligência do ambiente de trabalho, quando for o caso, para avaliação as condições do ambiente;

8.5 – Se não encontrada nenhuma irregularidade e confirmado o resultado obtido na abertura dos envelopes, será encaminhado ao Presidente do Conselho Regional o pedido de autorização e homologação final.

8.6 – Caso ocorra alguma irregularidade que cause dano ao processo, a empresa classificada em primeiro lugar para a prestação de serviço será chamada a se justificar. Se a justificativa não for satisfatória, e ocorrer desclassificação, será analisada, na ordem de classificação, as propostas dos demais licitantes, para que dentro dos procedimentos previstos nesta Licitação, seja classificada em primeiro lugar para a prestação de serviço a empresa que primeiro cumprir todas as exigências.

8.7 – Se todas as propostas forem desclassificadas, e se conveniente para a Entidade, a Comissão de Licitação poderá estipular prazo para apresentação de outras propostas, livres das causas da desclassificação. Igual procedimento também poderá ser adotado nos casos em que não houver comparecimento de interessados.

9 – INTERPOSIÇÃO, IMPUGNAÇÃO E JULGAMENTO DE RECURSOS

9.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, cabendo à Comissão de Licitação decidir sobre o pedido de impugnação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do seu recebimento;

9.1.1 – Não será admitida a impugnação do Edital, por intermédio de fac-símile ou via e-mail;

9.2 – Da desclassificação das propostas de preço somente caberá pedido de reconsideração à Comissão de Licitação, com a justificativa de suas razões, a ser apresentado, de imediato, oralmente ou por escrito, na mesma sessão pública em que for proferida;

9.3 – A Comissão de Licitação analisará e decidirá de imediato o pedido de reconsideração, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a sessão pública;

9.4 – Da decisão da Comissão de Licitação relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso;

9.5 – Definido o licitante vencedor, a Comissão de Licitação comunicará através do mural de licitação e/ou e-mail dos licitantes participantes deste pregão, o resultado final do julgamento, decisão sobre a qual caberá recurso motivado e fundamentado, por escrito, protocolado, dirigido a Senhora Diretora Regional do SENAC/RO, de 2ª a 6ª feira, das 8h00 às 14h00, na Rua Tabajara, 539,

Panair, Porto Velho-RO no Gabinete Executivo, vedada a sua interposição através de qualquer outra forma, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da divulgação da decisão, pelo licitante que se julgar prejudicado;

9.6 – Interposto o recurso nos termos do item 9.5, dele se dará ciência às demais licitantes por meio de e-mail conforme disposto. O licitante que tiver sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele apresentar suas contra razões no mesmo prazo recursal, contado a partir da comunicação da interposição do recurso;

9.6.1 – O recurso administrativo deverá ser apresentado em ENVELOPE fechado contendo as seguintes indicações no seu anverso:

RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL: 001/2020

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE

SENHORA DIRETORA REGIONAL DO SENAC/RO

A/C COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO

RUA TABAJARA, 539 – PANAIR – PORTO VELHO/RO.

9.7 – Os recursos serão julgados no prazo de até 10 dias úteis, contados da data final para sua interposição e, existindo contra razões, da data final para apresentação da manifestação, nos termos do item 9.5, comunicando-se os interessados do resultado do julgamento;

9.8 – Não serão conhecidos impugnações e recursos interpostos fora das condições e dos prazos estabelecidos neste edital;

9.9 – O provimento de recursos somente invalidará os atos insuscetíveis de aproveitamento;

9.10 – Os recursos terão efeito suspensivo;

9.11 – Para fins de contagem de prazo, deverá ser excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, devendo os dias ser contados consecutivamente, sendo que seu início e término se darão sempre em dia de funcionamento do SENAC/RO.

10 – PENALIDADES

10.1 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente à aplicação da suspensão do direito de licitar com esta Instituição pelo período de até 2 (dois) anos;

10.2 – A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, ficando a empresa sujeita a perda do direito à contratação, bem como a aplicação de suspensão do direito de licitar ou contratar com o SENAC pelo período de até 2 (dois) anos;

10.3 - Na hipótese do item anterior, o SENAC/RO poderá convocar as proponentes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para assinatura do Contrato, nas mesmas condições ajustadas com o primeiro classificado;

10.4 – O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante vencedor dará ao SENAC/RO o direito à rescisão unilateral do contrato, com aplicação da multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, além da suspensão do direito de licitar com esta Instituição pelo período de até 2 (dois) anos;

10.5 – As multas e outras penalidades aplicáveis só poderão ser relevadas nos casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada;

10.6 – A critério do SENAC, as sanções poderão ser cumulativas.

11 – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – A participação nesta licitação implica na inteira aceitação de todos os termos deste edital;

11.2 – O Pregoeiro poderá, no interesse do SENAC/RO, com a devida motivação nos autos, promover diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo licitatório ou poderá, no interesse do SENAC em manter o caráter competitivo da licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura do certame e possam ser sanadas em prazo fixado pelo mesmo;

11.2.1 – Não constituirão motivo de desclassificação simples omissões, irrelevantes para o entendimento das propostas ou que não causem prejuízo para a Administração, nem firam os direitos das demais licitantes;

11.2.2 – Quando forem omitidos na proposta os prazos de validade, de execução e de garantia, será entendido que os mesmos serão os estabelecidos no edital;

11.3 – Ensejará a desclassificação da proposta preços excessivos, manifestamente superiores ao limite de preços do mercado, e preços manifestamente inexecutáveis, passíveis de comprovação.

11.4 – Salvaguardando seus interesses, nos termos do art. 40 da Resolução SENAC nº. 958/2012, o SENAC/RO se reserva o direito de cancelar unilateralmente, esta licitação, a qualquer momento, no todo ou em parte, antes da formalização do contrato, não cabendo aos licitantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações, a que título for;

11.5 – Fica facultado ao SENAC/RO o direito de, a qualquer momento, determinar a complementação ou a redução do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento);

11.6 – Para composição do processo, a(s) licitante(s) arrematante(s) do item licitado(s) deverá (ão), no prazo máximo 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento da sessão, apresentar ao Pregoeiro a proposta ajustada, ou seja, nova proposta comercial com o correspondente ao lance vencedor, nos termos do item 6 deste edital;

11.7 – O Pregoeiro, observadas as disposições gerais pertinentes a qualquer fase do processo desta licitação, reserva-se o direito de solicitar aos licitantes esclarecimentos complementares necessários para uma perfeita apreciação e julgamento das propostas;

11.8 – Na contagem dos prazos estabelecidos no presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-á dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de funcionamento do SENAC/RO;

11.9 – A contratada e seus sucessores se responsabilizarão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham causar à imagem do SENAC/RO e/ou terceiros, em decorrência da execução indevida do objeto da licitação;

11.10 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital e seus anexos, ou sugestão visando a sua melhoria, deverá ser encaminhado por escrito ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/RO, identificado com os dizeres “**Pedido de Esclarecimento**”, mencionando o número desta licitação, para Rua Tabajara, 539 – Bairro Panair – CEP 76.801-348 - Porto Velho-RO ou através do e-mail: robertomonte@ro.senac.br com cópia para lucilena@ro.senac.br até 2 (dois) dias úteis antes da data e horário de recebimento dos envelopes. Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de documentos e propostas, não cabendo ao licitante o direito a qualquer reclamação posterior. Não serão conhecidos questionamentos fora do prazo;

11.11 – Independentemente de declaração expressa, a apresentação dos documentos e da proposta implica a aceitação plena e total das condições e exigências deste instrumento convocatório e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados, e ainda, a inexistência de fato impeditivo a Independentemente de declaração expressa, a apresentação dos documentos e da proposta implica a aceitação plena e total das condições e exigências deste instrumento convocatório e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados, e ainda, a inexistência de fato impeditivo a participação da empresa, o qual na incidência obriga o licitante a comunicar ao SENAC/DR/RO, quando ocorrido durante o certame;

11.12 – É vedada a subcontratação de outra empresa para prestação dos serviços do objeto deste edital;

11.13 – As licitantes são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes dos documentos apresentados;

11.14 – A proposta, após sua abertura, vincula o licitante aos termos do presente edital e da Resolução SENAC N.º 958/2012;

11.15 - Quando, por motivo de suspensão do expediente do SENAC – Departamento Regional em Rondônia, não se realizar o ato do recebimento e abertura dos envelopes que contêm as documentações e propostas relativas a presente Licitação, fica acordado que a realização do mesmo ocorrerá, no horário já estabelecido, no primeiro dia útil posterior à data fixada neste Edital;

11.16 – Os casos omissos neste edital e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pela Comissão de Licitação;

11.17 – Caso o fornecedor de menor preço não reduza seus valores, será liberado do compromisso assumido, caso em que o SENAC/RO convocará os licitantes remanescentes em ordem decrescente de preço, formalizando contrato com aquele que concordar em praticar preços conforme o mercado ou menores que esse;

11.18 – Não havendo êxito na redução com os remanescentes esta licitação será revogada, procedendo-se novo certame licitatório;

11.19 – Caso seja constatado que o menor preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o SENAC/RO poderá solicitar ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis de mercado. Considera-se, todavia, média dos preços praticados no mercado, os valores praticados por licitantes que apresentem os produtos em iguais condições ao fornecedor do preço registrado;

11.20 - Quaisquer dúvidas entre o presente edital e a minuta de contrato anexa, prevalecerá o primeiro;

11.21- Se o SENAC detectar, a qualquer tempo, que o concorrente apresentou documento em desacordo ou inidôneo para lhe favorecer no presente certame, poderá inabilitá-lo ou desclassificá-lo, cabendo ainda nulidade de eventual contrato já assinado, sem prejuízo da penalidade de ficar sem licitar com a instituição pelo período de 2 (dois) anos consecutivos;

11.22 - Ao SENAC reserva-se o direito de anular, adiar, cancelar, suspender, tornar sem efeito, no todo ou em parte ou transferir este Pregão, por conveniência administrativa ou técnica, sem que, por esse motivo tenham os interessados direitos a qualquer reclamação ou indenização;



11.23 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Especificações e Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo da Carta Proposta;
- c) ANEXO III – Modelo de Declaração de Aceitação do Edital e Inexistência Fatos Impeditivos;
- d) ANEXO IV – Modelo de Credenciamento;
- e) ANEXO V – Modelo de Declaração de Menores; e
- f) ANEXO VI – Minuta do Contrato.

9

Porto Velho, 14 de outubro de 2020.

Roberto Pinto Monte
Presidente da CPLP

Lucilena Freitas da Silva Costa
Membro da CPLP

Antionioy Jardel Silva Ribeiro
Membro da CPLP

ANEXO I

**Pregão Presencial
Nº 001/2020**

Planilha de quantitativos, especificações e Termo de Referência:

Item	Qtd.	Und.	Discriminação
01	12	Mês	Contratação de empresa especializada em vigilância eletrônica monitorada 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana para atender as Unidades do Senac em Porto Velho. Em conformidade com o Termo de Referência nº. 003/2020, anexo.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO PARA ATENDER AS UNIDADES DO SENAC EM PORTO VELHO/RO Nº. 0003/2020

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada em vigilância eletrônica monitorada 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com ronda noturna visando a proteção das dependências das unidades do Senac na cidade de Porto Velho, incluindo serviços de manutenção e instalação dos equipamentos de alarme e cerca elétrica.

2. FUNDAMENTO LEGAL

Resolução SENAC 958/2012.

3. JUSTIFICATIVA

A presente licitação tem por objetivo reduzir o custo do Senac com serviços de vigilância e monitoramento sem comprometer a qualidade do serviço prestado através de uma única empresa, à qual fará o monitoramento dos sistemas de alarme e rondas noturnas nas unidades do Senac na cidade de Porto Velho, como também manutenção e instalação de equipamentos de alarme necessários ao funcionamento adequado do sistema.

4. DOS MATERIAIS E MÃO DE OBRA ADICIONAIS

Nas manutenções fora da garantia, nas ampliações e novas instalações, os valores máximos que poderão ser cobrados por serviço e equipamentos instalados são descritos na tabela a seguir.

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
01	Unid	Central de Choque Eletrônica	R\$ 511,50
02	Unid	Central de Choque Eletrônica Industrial	R\$ 785,00
03	Kg	Arame 18 mm	R\$ 67,00
04	Kg	Arame 20 mm	R\$ 58,00
05	Kg	Arame 22 mm	R\$ 54,00
06	Unid	Haste super cerca passante	R\$ 31,80
07	Unid	Haste super cerca esticante	R\$ 44,00
08	Unid	Haste 04 isoladores Alumínio estrela ou perfil "M"	R\$ 9,60
09	Unid	Haste 06 isoladores Alumínio	R\$ 18,75
10	Unid	Isoladores avulsos	R\$ 2,50
11	Unid	Haste Cantoneira de 08 isoladores	R\$ 14,60
12	Unid	Haste Cantoneira de 12 isoladores	R\$ 23,00
13	Unid	Fio inox rolo de 45 mm	R\$ 98,00
14	Unid	Fio inox rolo de 90 mm	R\$ 146,00
15	M	Concertina ou cerca perimetral	R\$ 87,50
16	Unid	Grampo de fixação para concertina	R\$ 1,80
17	Unid	Haste de fixação para concertina	R\$ 18,52
18	Unid	Bateria 12 v 7A	R\$ 198,00
19	Unid	Sirene eletrônica	R\$ 58,00
20	Unid	Cabo 02 pares para alarme	R\$ 66,00
21	Unid	Haste de aterramento e conector	R\$ 48,00
22	Unid	Cabo supressor 7mm	R\$ 136,00
23	Unid	Cabo supressor 5mm	R\$ 86,00
24	Unid	Cabo 2,5 mm flexível	R\$ 125,00
25	Unid	Placa de advertência	R\$ 4,50
26	Unid	Central de alarme 04 setores	R\$ 320,00
27	Unid	Central de alarme 08 setores	R\$ 385,25
28	Unid	Central de alarme 10 setores	R\$ 448,75
29	Unid	Central de alarme 16 setores	R\$ 692,00
30	Unid	Teclado para central de alarme 04 setores	R\$ 247,00
31	Unid	Teclado para central de alarme 08 setores	R\$ 305,00
32	Unid	Teclado para central de alarme 10 setores	R\$ 365,00
33	Unid	Teclado para central de alarme 16 setores	R\$ 498,95

34	Unid	Caixa metálica para central de alarme universal	R\$ 55,00
35	Unid	Transformador (trafo) 1,5	R\$ 63,50
36	Unid	Transformador (trafo) 2,5	R\$ 95,00
37	Unid	Infravermelho simples	R\$ 110,00
38	Unid	Infravermelho Pet imune animais até 20 kg	R\$ 168,00
39	Unid	Infravermelho Pet imune animais até 30 kg	R\$ 195,00
40	Unid	Infravermelho Pet imune animais até 40 kg	R\$ 227,00
41	Unid	Infravermelho Pet imune animais microondas	R\$ 272,00
42	Unid	Infravermelho Pet imune animais área semi externa	R\$ 298,00
43	Unid	Infravermelho Pet imune animais área externa	R\$ 375,00
44	Unid	Infravermelho Ativo 30 mts	R\$ 288,00
45	Unid	Infravermelho Ativo 50 mts	R\$ 387,20
46	Unid	Infravermelho Ativo 100 mts	R\$ 499,00
47	Unid	Infravermelho Ativo 150 mts	R\$ 585,50
48	Unid	Sensor de fumaça	R\$ 297,00
49	Unid	Articulador para infravermelho	R\$ 2,50
50	Unid	Transmissor via rádio Full id	R\$ 1.289,00
51	Unid	Antena Transmissor Full id	R\$ 376,00
52	Unid	Carregador DX NET	R\$ 238,00
53	Unid	Discadora	R\$ 232,50
54	Unid	Receptora	R\$ 258,00
55	Unid	Transmissor	R\$ 92,00
56	MDO	Mão de obra Inst. Sistema de alarme por pontos cada	R\$ 54,00
57	MDO	Mão de obra Inst. Cerca elétrica 04 isoladores mts	R\$ 9,00
58	MDO	Mão de obra Inst. Cerca elétrica 06 isoladores mts	R\$ 14,00
59	MDO	Mão de obra Inst. Super Cerca elétrica mts	R\$ 22,00
60	MDO	Mão de obra Inst. Concertina ou cerca perimetral mts	R\$ 31,00

Tabela 1 – Valor máximo unitário dos equipamentos e mão de obra

a. Todo e qualquer serviço adicional com custo para o SENAC deverá ser apresentado orçamento para aprovação da **Diretoria Administrativa e Financeira**.

b. O SENAC pagará somente após a conclusão e confirmação de funcionamento dos serviços prestados ou peças trocadas.

c. Todo e qualquer dispositivo substituído ou adicionado ao sistema terá garantia mínima de seis meses.

5. Os preços registrados na tabela 1 poderão ser revistos em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

6. DO QUANTITATIVO E VALORES

a. Unidades previstas para monitoramento:

- i. Sede Administrativa, SENAC-Esplanada: Rua Tabajara, n.º 539, Panair.
- ii. SENAC-Esplanada Escola: Rua Tabajara, n.º 539, Panair.
- iii. Unidade Remota Campos Sales: Av. Campos Sales, 2666, Centro.
- iv. Depósito Patrimonial e Almoxarifado - Av. Alexandre Guimarães, n.º 6892, Bairro Lagoinha

b. Valores

- i. O valor previsto para aquisição de materiais e mão de obra adicionais é de R\$ 3.000,00 por ano.
- ii. O valor previsto para o monitoramento mensal é de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), e anual de R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais), perfazendo um total de R\$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais) para a vigência máxima de 60 (sessenta) meses.
- iii. O valor global previsto para a vigência máxima de 60 (sessenta) meses é de R\$ 279.000,00 (duzentos e setenta e nove mil reais).

c. O SENAC poderá adicionar e excluir unidades sempre que julgar necessário.

d. Os valores previstos acima, servem apenas como referência inicial, não implicando ao CONTRATANTE no compromisso com o total previsto. O valor será sempre correspondente ao número de unidades atendidas e/ou materiais e mão de obra utilizada.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a. O serviço deverá contar com apoio de viatura que se deslocará até o local em no máximo 15 minutos após o acionamento por funcionários ou sempre que o sistema eletrônico acusar ameaças de violação do espaço físico. O agente deverá comparecer ao local independente de contato por telefone.

b. Os equipamentos instalados no local que estejam dentro da garantia devem ser substituídos pela CONTRATADA desde que não represente nenhum custo para o SENAC.

c. O prazo máximo para correção de equipamento que apresentarem defeitos é de 4 horas. Esgotado esse prazo, o equipamento deverá ser substituído na hora subsequente (sem custo para o SENAC). Se o equipamento apresentar defeito fora do horário comercial ou em momentos em que a unidade esteja fechada, o serviço deverá ser executado no primeiro horário em que houver funcionamento da unidade.

- d. A CONTRATADA deverá apresentar relatório mensal com registro de todos os acessos realizados no período e dos registros de disparo e providências tomadas.
- e. Sempre que ocorrer o disparo do alarme a empresa deverá apresentar no dia seguinte relatório acompanhado das evidências do ocorrido (fato, hora e data do deslocamento do funcionário).
- f. A empresa contratada iniciará os serviços a partir do dia 01 de novembro de 2020.
- g. Realizar manutenção preventiva dos equipamentos de alarme e cerca elétrica semestralmente sem custo adicional para o CONTRATANTE.
- h. A CONTRATADA deverá disponibilizar 02 (dois) botões antipânico em cada unidade monitorada.
- i. A empresa vencedora deverá utilizar o parque de equipamentos já existentes nas unidades abrangidas pelo presente termo. Caso seja identificado problema em algum equipamento que acarrete risco ao pleno funcionamento do sistema de monitoramento, deve ser apresentado ao Senac documento com os problemas identificados, os itens a serem trocados e caso o equipamento esteja fora do período de garantia, orçamento com valores praticados no mercado. A troca deverá ser autorizada pela área técnica e Diretoria Administrativa e Financeira do Senac.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a. O CONTRATANTE deverá, a seu critério e através de seus funcionários ou pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do fornecimento do objeto contratado e do comportamento do pessoal da CONTRATADA, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.
 - b. Definir, entre outras ações, os nomes dos servidores e prepostos para contatos telefônicos, a serem acionados quando necessário;
 - c. Ativar e desativar os sensores de presença dos ambientes cobertos pela central de alarme, através de funcionários ou prepostos autorizados e com senha cadastrada;
 - d. Permitir o acesso dos empregados e prepostos da CONTRATADA devidamente credenciados e autorizados, às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessário;
 - e. Assegurar-se da prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
 - f. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados e prepostos da CONTRATADA;
 - g. Arcar com os custos financeiros relativos a reparos e consertos da central de alarme e monitoramento, por defeitos ocasionados por mau uso, condições ambientais, assim como descargas de energia elétrica, desde que devidamente comprovado.
- § 1º - Qualquer alteração na relação nominal dos funcionários ou prepostos relacionados, para contato telefônico ou pessoal, deverão ser comunicadas à CONTRATADA para que a mesma efetue a correção de dados cadastrados na central de monitoramento;
- § 2º - Qualquer intervenção técnica na central de alarme e monitoramento, que venha a gerar custos financeiros para o SENAC, somente poderá ser executada após devidamente autorizada por quem de direito.

9. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

- a. O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período não ultrapassando o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

10. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

- a. Durante a vigência do contrato, os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista Resolução SENAC 958/2012.
- b. O preço contratado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.
- c. Quando o preço inicialmente contratado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o CONTRATANTE convocará o FORNECEDOR, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- d. Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido.

11. DAS PENALIDADES

- a. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas Resolução SENAC 958/2012;
- b. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada no SENAC até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para a execução do serviço.

Porto Velho, 04 de setembro de 2020

Antonyony Jardel Silva Ribeiro
Assessor nível B



ANEXO III
Pregão Presencial
Nº 001/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL, CONHECIMENTO DA MINUTA DO CONTRATO E
INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

14

A empresa _____, CNPJ nº _____, por seu representante legal abaixo assinado, declara para todos os fins de direito que recebeu todos os documentos, tomou conhecimento, aceita e concorda integralmente, sem restrições, com todas as condições do Edital da Licitação na modalidade Pregão Presencial nº _____ e seus anexos. Declara, do mesmo modo, ter recebido, de forma tempestiva e satisfatória, as informações e os esclarecimentos que julgam necessários e que possam, de qualquer forma, influir sobre o custo, apresentação de documentos, preparação de propostas e execução do objeto da presente licitação, bem como declara que até a presente data não tem qualquer impedimento legal para licitar e contratar com o SENAC/RO, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Nome e Assinatura do Responsável Legal pela Empresa



ANEXO IV

Pregão Presencial
Nº 001/2020

MODELO DE CREDENCIAMENTO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

15

Em atendimento ao disposto na LICITAÇÃO _____ credenciamos o Sr. _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____ expedida por _____ em __/__/__, para que represente nossa empresa nesta Licitação, com poderes plenos para prestar esclarecimentos, ofertar lances, assinar Atas, interpor recursos ou renunciar ao direito de interpô-los e praticar tudo mais que seja necessário à participação de nossa empresa na Licitação.

Cidade, _____ de _____ de 2020.

nome e assinatura do responsável legal pela empresa



ANEXO V
Pregão Presencial
Nº 001/2020

DECLARAÇÃO DE MENORES

Ao
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC
Comissão Permanente de Licitação
Porto Velho (RO).

16

Ref.: Pregão Presencial Nº 001/2020

Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu representante legal, Sr. (a) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto na Constituição Federal, que não emprega menor de **18 (dezoito)** anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de **16 (dezesesseis)** anos, salvo se na condição de aprendiz, a partir dos **14 (quatorze)** anos.

Local, XX de XXXX de 2020.

Assinatura do Representante Legal

(Carimbo da Licitante)

FORMULARIO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE

ANEXO VI
Pregão Presencial
Nº 001/2020

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/2020.
(MODELO)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX

17

Contrato de Prestação de Serviços de Monitoramento Eletrônico 24 horas por dia, com ronda noturna, manutenção e instalação. Através do Pregão Presencial nº XXX/XXXX, que celebram entre si o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

CONTRATANTE: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC, Administração Regional no Estado de Rondônia, Serviço Social Autônomo, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº. 03.581.871/0001-34, com sede à Rua Tabajara, nº. 539, Panair, CEP: 76.801.348, Porto Velho – RO, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **RANIERY ARAUJO COELHO**, RG nº. XXXXXXXXXXXX SSP/GO e CPF: XXXXXXXXXXXX, com a interveniência de sua Diretora Regional Interina, Sr.^a **NINA CÁTIA ALEXANDRE CAVALCANTE**, brasileira, portador do CPF (MF) nº. XXXXXXXXXXXX4 e RG nº. XXXXXXXXXXXX SSP/RO, ambos residentes e domiciliados na cidade de Porto Velho – RO, doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: XXXXXXXXXXXX, com sede na Rua: XXXXXXXXXXXX, nº XXXXXXXXXXXX, Bairro: XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXX/XX, neste ato representado por seu Representante Legal o Sr. XXXXXXXXXXXX, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF: XXXXXXXXXXXX, RG: XXXXXXXX SSP/RO, residente e domiciliado à Rua: XXXXXXXX, nº XXXXXXXX, Bairro: XXXXXXXXXXXX, na cidade de Porto Velho/RO, doravante denominada **CONTRATADA**.

ORIGEM: Tem como parte integrante deste contrato, o Processo de Licitação Pregão Presencial nº 001/2020, homologado em XX/XX/XXXX, e as disposições da Resolução SENAC 958/2012, de 01 de novembro de 2012, no edital do referido pregão, e ainda em toda documentação do processo licitatório, das partes acima identificadas.

Considerando o constante do preâmbulo, as partes têm, entre si, justo e acertado o presente *Contrato de Prestação de Serviços de Monitoramento Eletrônico 24 horas por dia, com ronda noturna, manutenção e instalação*, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O Objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada em vigilância eletrônica monitorada 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com ronda noturna visando a proteção das dependências das unidades do Senac na cidade de Porto Velho, incluindo serviços de manutenção e instalação dos equipamentos de alarme e cerca elétrica. Conforme relação de Unidades abaixo discriminadas:

- Sede Administrativa - SENAC-Esplanada: Rua Tabajara, n.º 539, Panair.
- SENAC Esplanada Escola: Rua Tabajara, n.º 539, Panair.
- Unidade Remota Campos Sales: Av. Campos Sales, 2666, Centro.
- Depósito Patrimonial e Almoxarifado - Av. Alexandre Guimarães, nº 6892, Bairro Lagoinha

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SEGUNDA – São obrigações da **CONTRATADA**:

2.1 – Cumprir o objeto do contrato, o monitoramento computadorizado 24(vinte e quatro) horas do dia, ininterruptamente, e ocorrendo qualquer violação no imóvel da **CONTRATANTE** a **CONTRATADA** deslocará para o local uma equipe com apoio de viatura no máximo de 15 minutos após o acionamento por funcionários ou sempre que o sistema eletrônico acusar ameaças de violação do espaço físico. O agente deverá comparecer ao local independente de contato por telefone.

2.2 – Os equipamentos instalados no local que esteja dentro da garantia podem ser substituídos pela **CONTRATADA** desde que não represente nenhum custo para o SENAC.

2.3 – O equipamento que apresentar defeito o prazo máximo para correção é de 4 (quatro) horas, esgotado esse prazo o equipamento deverá ser substituído na hora subsequente (sem custo para o SENAC), inclusive para troca de equipamento, se por ventura o equipamento apresentar defeito fora do horário comercial, o serviço deverá iniciar na primeira hora do dia seguinte.

2.4 – A mão de obra para manutenção dos equipamentos já está inclusa ao serviço de monitoramento, será de responsabilidade da **CONTRATADA**.

2.5- A **CONTRATADA** deverá disponibilizar 02 (dois) botões de pânico para cada unidade monitorada.

- 2.6- A **CONTRATADA** deverá utilizar os equipamentos já existentes nas Unidades, caso queiram realizar a troca desses equipamentos deverá ocorrer sem ônus para o SENAC.
- 2.7- Adotar as providências cabíveis, conforme o caso, junto às instituições públicas e privadas, a fim de possibilitar a perfeita execução dos serviços contratados, sem interferência ou interrupção;
- 2.8- Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por si, seus funcionários, prepostos, representantes ou sucessores, isentando o **CONTRATANTE** de toda e qualquer reclamação que possa surgir dos mesmos;
- 2.9- Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela regulamentação correspondente;
- 2.10 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em obediência às normas legais e regulamentares aplicáveis e inclusive, as recomendações aceitas pela boa técnica;
- 2.11 - Implantar de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- 2.12 - Atender prontamente quaisquer exigências do **CONTRATANTE**, referente aos serviços contratados;
- 2.13 - Comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 2.14 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste contrato;
- 2.15 - Manter atualizada durante a vigência do contrato a CND (Certidão Negativa de Débito) perante o INSS, o CRF (Certificado de Regularidade do FGTS) junto a Caixa Econômica Federal, Certidão do TST (Tribunal Superior do Trabalho), e Certidão do ISS (Imposto sobre Serviços) obrigando-se a apresentá-los ao **CONTRATANTE**, sempre que não for possível a sua verificação via Internet;
- 2.16 – Responsabilizar-se integralmente pelos salários, honorários, encargos sociais e seguros contra acidentes de trabalho, relativos aos seus empregados e prepostos, em especial no que diz respeito às normas de segurança previstas na legislação trabalhista, sendo que o seu descumprimento pode ser considerado como falta grave, motivadora da rescisão do Contrato;
- 2.17 – Verificar se os sensores de presença estão sendo acionados nos horários previamente programados, devendo em caso negativo, comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE**;
- 2.18- Fornecer mensalmente ao **CONTRATANTE**, os relatórios de eventos e funcionamento da central de alarme e monitoramento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA TERCEIRA – São obrigações do **CONTRATANTE**:

- 3.1 - O **CONTRATANTE** deverá, a seu critério e através de seus funcionários ou pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do fornecimento do objeto contratado e do comportamento do pessoal da **CONTRATADA**, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 3.2 – Definir, entre outras ações, os nomes dos servidores e prepostos para contatos telefônicos, a serem acionados quando necessário;
- 3.3 - Ativar e desativar os sensores de presença dos ambientes cobertos pela central de alarme, através de funcionários ou prepostos autorizados e com senha cadastrada;
- 3.4 - Permitir o acesso dos empregados e prepostos da **CONTRATADA** devidamente credenciados e autorizados, às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessário;
- 3.5 - Assegurar-se da prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 3.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados e prepostos da **CONTRATADA**;
- 3.7 - Documentar as ocorrências havidas;
- 3.8 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo **CONTRATANTE**, não deve ser interrompida, especialmente considerado o caráter essencial da atividade fim do **CONTRATANTE**;

3.9 - Pagar mensalmente à **CONTRATADA** o valor contratado, até o dia 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, desde que apresentado os documentos necessários.

3.10 – Reter no ato do pagamento das faturas da **CONTRATADA**, todos os impostos e taxas incidentes e repassá-los nos prazos previstos em lei, aos órgãos próprios;

3.11 – Arcar com os custos financeiros relativos a reparos e consertos da central de alarme e monitoramento, por defeitos ocasionados por mau uso, condições ambientais, assim como descargas de energia elétrica, desde que devidamente comprovado.

§ 1º - Qualquer alteração na relação nominal dos funcionários ou prepostos relacionados, para contato telefônico ou pessoal, deverão ser comunicadas à **CONTRATADA** para que a mesma efetue a correção de dados cadastrados na central de monitoramento;

§ 2º - Qualquer intervenção técnica na central de alarme e monitoramento, que venha a gerar custos financeiros para o SENAC, somente poderá ser executada após devidamente autorizada por quem de direito.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Durante o período de vigência deste contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela **CONTRATADA**, que providenciará o seu faturamento através de documentação fiscal pertinente, normalmente aceita e apropriada para esta natureza de serviços.

CLÁUSULA QUINTA - A **CONTRATADA** nomeará prepostos durante o período de vigência do contrato para representá-la, administrativamente, sempre que for necessário.

CLÁUSULA SEXTA - A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e nem implica em corresponsabilidade sua ou de seus funcionários ou prepostos.

DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA - O preço contratado pelo serviço de monitoramento mensal é de R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX), por Unidade do Senac/RO, conforme discriminado na cláusula 1ª deste contrato. O valor total mensal referente às 4(quatro) unidades é de R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX), perfazendo valor anual de R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX).

§ 2º O valor previsto para aquisição de materiais e mão de obras adicionais é de R\$ XXXXXXXXXXXX anual, em caso de manutenções fora de garantia, nas ampliações e novas instalações do SENAC/RO, a **CONTRATANTE** pagará o valor máximo para fornecimento e execução do serviço, conforme tabela anexa ao termo de referência, parte integrante do processo licitatório.

§ 3º - O pagamento das mensalidades será efetuado até o dia 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, ao da efetiva prestação dos serviços, desde que o faturamento com documentação correta e lícita, seja entregue em tempo hábil para o seu processamento, a critério do **CONTRATANTE**.

§ 3º - O pagamento que trata o parágrafo anterior poderá ser feito através de cheque nominal à **CONTRATADA** ou depositado em conta bancária a ser indicada por ela.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA OITAVA - O prazo de vigência deste contrato é de 12(doze) meses, ou seja, no período de XX de XXXXXXX de XXXX a XXXXX de XXXXXXX de XXXX, podendo ser prorrogado por até 48(quarenta e oito) meses, mediante Termo Aditivo, desde que sejam mantidas as mesmas condições contratuais e que não haja manifestação contrária das partes e, o preço ainda seja o mais vantajoso para o SENAC/RO.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA NONA – Este CONTRATO poderá ser rescindido:

Parágrafo Primeiro: Nos termos da Resolução SENAC 958/2012, que aprova o novo Regulamento de Licitações e Contratos do SENAC;

Parágrafo Segundo: Por descumprimento total ou parcial de suas cláusulas, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial e;

Parágrafo Terceiro: Em caso de falência, concordata, dissolução ou liquidação societária e, também em caso de insolvência.

Parágrafo Quarto: Por ato unilateral da **CONTRATANTE**, se verificada a conveniência e necessidade, desde que regularmente notificado o **CONTRATADO**.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA – A CONTRATADA poderá excluir ou adicionar Unidade(s), sempre que julgar necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, no período da garantia, a manutenção técnica, preventiva e corretiva da central de monitoramento, que deverá fazê-lo através de técnicos especializados e sem ônus para o CONTRATANTE, de forma a não prejudicar o bom andamento dos serviços objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, os danos que seus agentes de segurança, funcionários ou prepostos venham a sofrer em virtude de acidentes, contatos com elementos estranhos ou qualquer outra causa no cumprimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Fica vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial dos serviços objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O Gerente da Unidade do Senac Porto Velho Sr^a.XXXXXXXX XXXXXX, fica encarregado pelo acompanhamento e gerenciamento do presente contrato, devendo tomar todas as medidas necessárias à sua plena e fiel execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Fica assegurado ao CONTRATANTE reter o valor a ser pago a título de prestação de serviço/faturamento, se por imperícia, imprudência ou negligência a CONTRATADA causar danos a terceiros que venha incorrer em dever de indenizar do SENAC/RO por uma questão de responsabilidade solidária ou subsidiária, inclusive em demandas trabalhistas, sem que isto incorra em retenção indevida. Referido valor retido poderá ser utilizado para pagamento, ainda que pelo SENAC proponha recurso judicial, se este vier a ser condenado judicialmente, se a CONTRATADA ficar revel, ou ainda em sentença transitada em julgado, o pagamento poderá ocorrer a título de acordo se mais vantajoso que eventual condenação, considerando como quitada a obrigação de pagar junto à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A retenção prevista na décima quinta cláusula acima, também, pode ser utilizada para reparar perdas e danos causadas à CONTRATANTE por execução, comprovadamente, ineficaz da CONTRATADA durante;

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente CONTRATO, bem como para fins de protestos de títulos, as partes elegem o foro da comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza, como prova de haver entre si, ajustados e contratados, firmam o presente **CONTRATO**, pelas partes e testemunhas abaixo que a tudo assistiram dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua execução.

Porto Velho–RO, XX de XXXXXXXX de XXXX.

PELO CONTRATANTE:

Raniery Araujo Coelho
Presidente da AR-SENAC-RO

Nina Cátia Alexandre Cavalcante
Diretora Regional Interina da AR-SENAC-RO

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____